

Um governo dentro do governo: atuação da Comunitas em Pelotas (2013-2016)

Liana de Vargas Nunes Coll¹

Resumo

O trabalho pretende debater a prática da filantropia estratégica e suas implicações para o campo da política. Para isso, tomaremos como objeto a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Comunitas, que é financiada por nomes da elite empresarial brasileira, e como exemplo empírico a parceria entre a entidade e a Prefeitura de Pelotas. O objetivo é a caracterização da prática filantrópica do alto empresariado, amplamente disseminada no país sob a expressão “investimento social corporativo”, e a reflexão sobre as implicações que esse fenômeno traz para a política. A Comunitas possui parcerias firmadas com 12 cidades e cinco estados brasileiros. No caso de Pelotas, atua junto ao Executivo desde 2013, primeiro ano do mandato do ex-prefeito Eduardo Leite (PSDB). Para analisar essa parceria, tomo como referencial teórico trabalhos como o de Depecker, Déplaud e Larchet (2018) e Callahan (2017), que atentam para o crescimento da filantropia empresarial em diversos países e chamam atenção para o fato de que essa prática de influência do poder econômico sobre a política está ligada ao acúmulo de riquezas e à perda da soberania popular sobre decisões governamentais.

Palavras-chave: Filantropia estratégica, investimento social corporativo, política

Introdução

O presente artigo parte da pesquisa de dissertação, em andamento, que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel. A proposta de dissertação tem como objetivo analisar de que forma a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Comunitas investe o capital econômico de seus financiadores em formas de atuação política. Trabalho que envolve, por um lado, descrever as ações dessa OSCIP (suas redes, visões e estratégias), que é referência no campo do investimento social corporativo (ou filantropia estratégica) no Brasil, e, por outro, examinar um caso prático de parceria entre a entidade e um órgão do Poder Executivo, escolhido como a Prefeitura de Pelotas. Dessa forma, acredito que é possível pensar possíveis implicações desse tipo de aliança, entre elite empresarial e Poder Público, para a esfera da política. A análise será desenvolvida com o viés teórico de Depecker, Déplaud e Larchet (2018),

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na UFPel. Jornalista graduada pela UFSM.

que enfocam esse fenômeno enquanto um investimento relacionado à reprodução e à legitimação das elites econômicas. Ainda, uma importante hipótese, nesse debate, é a dos autores Callahan (2017) e Reich (2018), que relacionam o crescimento da filantropia estratégica à erosão da soberania popular e ao aumento da concentração de riquezas. No presente artigo, serão apresentados os caminhos percorridos até então na trajetória de pesquisa, envolvendo: a descrição do objeto de dissertação, a Comunitas, os caminhos bibliográficos para a análise do fenômeno e exemplos da análise já efetuada, a qual se debruça sobre fontes documentais².

A filantropia estratégica é uma roupagem diferente para a noção de investimento social corporativo. Esse fenômeno diz respeito a uma filantropia alinhada aos negócios das empresas. As doações são direcionadas e combinam uma “busca estrutural de uma forma estratégica de aplicação, com rentabilidade e lucro, ferramentas de avaliação, objetivos de longo prazo e financiamento misto - envolvendo a contribuição financeira de pessoas físicas, jurídicas e dos governos” (SILVA, 2017, p. 121). No Brasil, devido à carga pejorativa que o termo filantropia suscita, atrelada à caridade (SILVA, 2017, p. 81), houve um esforço do empresariado, principalmente através do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), a partir de 1998, para substituí-lo pelo conceito de investimento social, prática que está alinhada à noção mais ampla de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Para Martins (2009, p. 150), essa expressão refere-se a uma “ideologia que reúne ideias, experiências e propostas dentro de uma única concepção que visa organizar e impulsionar a classe empresarial para a ação coletiva na busca de determinados objetivos político-ideológicos”. Ideologia, cabe frisar, que não visa somente estratégias no interior das empresas, mas envolve uma concepção de Estado e uma concepção do papel que o empresariado pretende ter dentro do arranjo das instituições públicas.

As ações de filantropia estratégica, que entendo como sinônimo de investimento social privado, cresceram 40% na última década no Brasil³ e vêm moldando algumas das práticas de gestão de governos. Impulsionadas tanto pela organização empresarial quanto pela legislação referente ao Terceiro Setor, consolidam-se em diversas instâncias do Poder Público mediante a às

²As fontes documentais, até o momento, foram: Termos de Parceria entre Comunitas e Prefeitura de Pelotas, relatórios de atividades da Comunitas, notícias referentes à parceria, veiculadas tanto na imprensa como nos próprios sites da entidade e da prefeitura de Pelotas e as atas processuais da ação que o Ministério Público Estadual move contra a Prefeitura de Pelotas devido à parceria.

³O dado tem por base a pesquisa BISC 2018, desenvolvida pela Comunitas. Segundo os dados, enquanto no ano de 2007 os investimentos sociais das empresas alcançaram R\$ 1,7 bilhão, em 2018 foram de R\$ 2,4 bilhões (BISC, 2018).

modalidades de Termo de Parceria, Termo de Convênio, Termo de Fomento, Termo de Colaboração e o Acordo de Cooperação, todas essas decorrentes de arranjos jurídicos e legais desenhados na década de 1990 e expandidos em legislações recentes. Para refletir sobre essas ações, tomo como caso empírico as parcerias da OSCIP Comunitas com a Prefeitura Municipal de Pelotas, durante o mandato do ex-prefeito Eduardo Leite (2013-2016). No município, desde o primeiro ano da gestão de Leite, a Comunitas atua em programas de equilíbrio fiscal e no desenvolvimento de projetos ligados às áreas de educação, saúde e segurança pública. Uma hipótese é que tal aliança configura uma espécie de terceirização da gestão pública, ou um governo dentro do governo. Assim, no interior da gestão, composta pela chapa eleita⁴, há uma outra gestão composta pelo empresariado, que também é decisiva nas ações da prefeitura.

No que tange à escolha da Comunitas, é importante elucidar que ela tem como embrião o Programa Comunidade Solidária⁵, desenvolvido no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e encabeçado pela então primeira-dama Ruth Cardoso. Logo que o mandato termina, Ruth Cardoso cria a Rede Solidariedade (RedeSol), que engloba a Capacitação Solidária (CapaSol), Arte Solidária (ArteSol), Alfabetização Solidária (AlfaSol), Universidade Solidária (UniSol) e a Comunitas. Dentro dessa rede, a Comunitas é a única que não possui uma área específica de atuação, mas desenvolve pesquisas, cursos e estratégias que incidem sobre as metodologias de ação das outras.

A seleção da entidade como objeto partiu de uma indagação inicial acerca da parceria que foi firmada logo no primeiro ano do mandato do ex-prefeito de Pelotas, Eduardo Leite (PSDB), em 2013. Além disso, a OSCIP é financiada por representantes da elite econômica brasileira e vem expandindo-se, conforme veremos no artigo, tornando-se um ator político de peso na formulação de políticas públicas para as prefeituras e estados com os quais possui vínculos. Meu objetivo principal, frente a este fenômeno, é contribuir para melhor compreender as formas com que as

⁴ A coligação de Eduardo Leite chamava-se “Pelotas de Cara Nova” e era composta dos partidos PRB / PP / PDT / PTB / PSC / PR / PPS / PSDB / PSD.

⁵ Mais informações sobre o Programa podem ser obtidas na tese de Erick Porto, de 2006. Segundo analisa, na pesquisa, o Programa Comunidade Solidária tinha duas frentes de trabalho: “por um lado, a criação de um novo mecanismo de coordenação das políticas e ações, de articulação entre os níveis de governo, de focalização de programas pertinentes em áreas e populações necessitadas. De outro lado, incentivo e desenvolvimento de novas formas de parceria entre governo e organizações da sociedade civil, especialmente nas áreas de combate à fome e à miséria e situações agudas de carência” (PORTO, 2006, p. 15). Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285608>> Acesso: 4 de maio de 2019.

elites econômicas legitimam seu poder para outras esferas que não necessariamente o mercado. Outros questionamentos, como já mencionado, realizados especialmente por sociólogos e cientistas políticos franceses, britânicos e estadunidenses, têm fundamental importância para pensar o fenômeno. A crítica à visão das instituições filantrópicas como lugares neutros e desprovidos de política, bem como o olhar sobre a prática da filantropia empresarial como estratégia de reprodução da legitimação das elites econômicas (Depecker, Déplaud e Larchet, 2018) e as possíveis consequências sobre a erosão da soberania popular (Callahan, 2017 e Reich, 2018), por exemplo, são adotadas no artigo. Outro viés importante para análise é a contribuição dos sociólogos Linsey McGoey, Darren Thiel e Robin West (2018), que se preocupam em ressaltar a forma com que os filantropos da elite econômica buscam criar uma retórica em que os “custos sociais da extrema acumulação de capital são ofuscados pela santificação do dom filantrópico” (MCGOEY, THIEL e WEST, 2018).

Cabe destacar, ainda, que, para analisar a Comunitas, é necessário retomar a conjuntura da década de 1990, especialmente nos anos dos dois mandatos do ex-presidente FHC, uma vez que a origem da OSCIP está ligada ao projeto de reformulação do papel do Estado conduzida pela gestão de Fernando Henrique. A reforma gerencialista⁶, liderada pelo então ministro Luiz Carlos Bresser, propunha que uma série de políticas pudesse ser conduzida por atores da sociedade civil, reduzindo o papel do Estado, e é nesse contexto que surge o Programa Comunidade Solidária, bem como são formuladas as bases legais para uma atuação política mais forte do Terceiro Setor. A lei 9.790/1999⁷, por exemplo, que versa sobre as OSCIPS e institui o Termo de Parceria, surge de iniciativa de dirigentes do Comunidade Solidária, bem como do empresariado organizado, que irá se beneficiar de instrumentos jurídicos mais flexíveis para as parcerias com os órgãos do Poder Executivo. Nesse sentido, parto da hipótese de que o fenômeno de filantropia estratégica, no formato que possui hoje, emerge tanto pela organização empresarial como pelo incentivo via instrumentos jurídicos adotados pelo Estado.

⁶ Entre as concepções levantadas pela reforma gerencial, está a defesa de que ela fortaleceria o espaço público e a sociedade civil. Junto às tarefas desta, defende Bresser (2000), haveria o compromisso de dividir o controle das atividades “não-exclusivas” com o Estado, sendo estas o conjunto de serviços que “podem ser também oferecidos pelos setores privado e público não-estatal”, como por exemplo, “educação, saúde, cultura e pesquisa científica” (BRESSER, 2000, p. 20-21). Especificamente sobre as organizações sociais, a reforma defendia que tivessem dotação orçamentária em troca de resultados e que elas fossem “instituições híbridas entre o Estado e a sociedade que executam os serviços sociais e competitivos” (BRESSER, 2000, p. 14).

⁷ Lei disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm> Acesso: 27 de abril de 2019.

Em relação à escolha do caso de Pelotas, vale considerar que a cidade possui uma das mais duradouras parcerias com a Comunitas. Além disso, Eduardo Leite obteve investimento da entidade, tanto em cursos no exterior como, através de empresas e empresários que integram a OSCIP, financiamento de campanha e elegeu-se governador em 2018, levando a aliança também ao governo do RS. Ainda, na Prefeitura, a Comunitas segue atuando, no mandato da atual prefeita (e ex vice-prefeita de Leite), Paula Mascarenhas (PSDB).

Marco do Terceiro Setor: apontamentos sobre o arcabouço legal

Para pensar a atuação da Comunitas, é necessário, primeiramente, compreender que ela decorre da organização empresarial e da criação de um marco do Terceiro Setor, fatos que estão interligados. Esse Marco, desenvolvido especialmente no segundo mandato de FHC, e aprofundado posteriormente, envolve um conjunto de leis para a regulamentação e o estímulo das parcerias entre sociedade civil e Estado. Diversas empresas que hoje financiam a Comunitas, bem como as lideranças que encabeçavam o Comunidade Solidária, tiveram um papel fundamental na negociação de algumas das leis que versam sobre a atuação das Organizações Sociais da Sociedade Civil (OSCs)⁸. Como exemplo, cito a negociação para a aprovação da Lei 9.790/1999, que “dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências”. O anteprojeto dessa Lei foi uma formulação do Conselho da Comunidade Solidária, sendo entregue a FHC como resultado da articulação conjunta entre membros do Governo Federal e de organizações civis sem fins lucrativos. É com base nele que o Executivo encaminha à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.690/1998. Esta é alterado em parte por um substitutivo de origem parlamentar e origina a Lei nº 9.790/1999.

Mas se a Lei do Terceiro Setor é aprovada em 1999, data de pelo menos cinco anos antes o esforço do segmento empresarial em regular e estimular as relações entre empresas privadas e Estado. Conforme Marco Antônio Leite (2003, p. 4), já nas vésperas da posse de FHC, em 1994, foi publicado o documento *Parceria e Transparência: Pauta de compromissos para uma nova regulação das relações entre o Estado e as Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos*. Entre as 18

⁸ Termo adotado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento Social e pelo Banco Mundial, na década de 1990. Segundo Sérgio Haddad e Anna Oliveira (2001, p. 62), o BID “incorporou o uso da expressão organizações da sociedade civil desde 1995, reconhecendo a acepção particular que podem ter as organizações não governamentais na América Latina. [...] O Banco Mundial ainda prefere a expressão ONG, mas começa a referir-se a OSCs em documentos mais recentes” Disponível em scielo.br/pdf/cp/n112/16101.pdf. Acesso: 4 de maio de 2019.

entidades e empresários que o assinam estão: Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (ABONG), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fundação ABRINQ, Emílio Odebrecht, Roberto Marinho, Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS), Fundação Getúlio Vargas, Instituto C&A de Desenvolvimento e Cáritas. Alguns desses nomes financiam a Comunitas.

Em relação ao conteúdo do documento Parceria e Transparência, ele

[...] não só criticava o cartorialismo e a excessiva regulação burocrática que marcava as relações do Estado com as organizações civis sem fins lucrativos, mas também denunciava o caráter arbitrário e discricionário dos mecanismos de acesso a subvenções governamentais e benefícios fiscais e a ausência de instrumentos de controle social e transparência que pudessem evitar o desvio de finalidade no uso de recursos públicos (LEITE, 2003, p. 4).

Em 1997, o Conselho da Comunidade Solidária iniciou as negociações para a criação da Lei das OSCIPs, em sintonia com o documento do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (PDAE)⁹. Daí para frente, houve um conjunto significativo de Medidas Provisórias, leis e portarias que versam sobre a relação Estado-Terceiro Setor. Recentemente, em 2014, houve a aprovação de uma lei que amplia alguns aspectos das legislações anteriores. Chamada de Marco Regulatório do Terceiro Setor, a Lei nº 13.019/2014, proposta pelo senador Aloysio Ferreira (PSDB/SP), instituiu o termo de colaboração e de fomento para substituir o conveniamento. Também estendeu os incentivos fiscais a todas entidades do Terceiro Setor (antes apenas aquelas com título de OSCIP e de Utilidade Pública poderiam receber contribuições dedutíveis de empresas).

No tocante ao Termo de Parceria, no entanto, as exigências do novo Marco não se aplicam. O que ele trouxe, em relação à Lei 9.790, foram apenas duas alterações. Uma delas retira a proibição da remuneração a servidores públicos que atuem no quadro de membros ou diretores de uma OSCIP e outra institui que, para obter a titulação de OSCIP, a organização precisa estar funcionando regularmente há, no mínimo, três anos.

⁹ O PDAE colocava como meta a redefinição do papel Estado, passando as atividades chamadas de “não-exclusivas” “para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado” (BRASIL, 1995, p. 56). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>>. Acesso: 10 jan. 2019.

Outra lei importante para as OSCIPs foi a 13.151/2015, que introduziu a possibilidade de remuneração de dirigentes dessas organizações, algo que antes era proibido. Em relação aos benefícios fiscais, destaca-se que são incentivadas pela Lei nº 9.249/1995 (Art. 13, parágrafo 2º, inciso III), a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 87/1996 e o Decreto nº 3.000/99 (Art. 365), que permitem, por exemplo, a doação de até 2% do lucro operacional da pessoa jurídica. Para ilustrar o benefício, vale dizer que a cada R\$1 milhão de lucro, é possível ter uma economia tributária de R\$6.800¹⁰. Valor que não é alto como nos Estados Unidos, onde as deduções são maiores, mas que, unindo-se ao prestígio conferido à filantropia, é mais um estímulo para a ampliação dos investimentos sociais corporativos.

Da Comunidade Solidária à Comunitas

A Comunitas, como já mencionado, surge em 2002 “para assegurar a continuidade das experiências dos programas do Comunidade Solidária” (FUNDAÇÃO FHC, s.d.), desenvolvendo e investindo em projetos, pesquisas e cursos para mapear e desenvolver a prática de “investimento social corporativo”. Do desmembramento do Comunidade Solidária, como já mencionado, surge a RedeSol, conjunto de quatro entidades com CNPJ distintos, mas que fazem parte de um mesmo objetivo de captação de recursos do empresariado para o investimento em projetos em áreas como educação, cultura. A Comunitas, dessas entidades, distingue-se por trabalhar em um arcabouço de construção das bases teóricas e ideológicas que incidem tanto nas parcerias com os municípios e estados quanto para o trabalho desenvolvido nos outros ramos da Rede. Ela possui, notadamente, um escopo mais amplo, sendo pioneira no Brasil ao criar, em 2007, a Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC), pesquisa que mapeia a prática de investimento social corporativo, orientando o empresariado sobre essas ações. Segundo a Comunitas,

O objetivo do relatório BISC é aprimorar a gestão social privada, qualidade e impacto do investimento social, influenciando, decididamente, na eficácia do gasto social, permitindo que o responsável pelo investimento compreenda como e onde investir de forma mais aperfeiçoada. Além disso, por meio de uma parceria abrangente e inovadora com o CECIP e com The Global Exchange, consegue-se comparar esses investimentos aos padrões internacionais e promover uma convergência mundial, reunindo os mais expressivos líderes empresariais em prol do desenvolvimento social¹¹. (COMUNITAS, s/d)

¹⁰ Simulação realizada pela Softex, disponível em <<https://www.softex.br/wp-content/uploads/2013/07/Doa%C3%A7%C3%A3o-IR-OSCIP-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Resumo-Vs.1.2.pdf>>. Acesso: 4 de maio de 2019.

¹¹ Disponível em <<http://www.comunitas.org/portal/o-bisc/>>. Acesso: 27 de abril de 2019.

No polo de formação, a Comunitas desenvolve o Encontro de Líderes, do qual Eduardo Leite participou, pelo menos, das edições de 2015, 2017 e 2018¹². Esse evento é um

[...] fórum exclusivo visa discutir projetos e tendências de investimento social corporativo, com foco no fortalecimento do papel das empresas nessa área. Também é objetivo articular os principais tomadores de decisões sobre as ações sociais empreendidas por grandes empresas e promover a discussão de ações estratégicas para o desenvolvimento socioambiental sustentável do País. São discutidos temas como gestão pública, governança compartilhada, parcerias público-privadas e o papel do investimento social corporativo no fortalecimento de políticas públicas¹³. (COMUNITAS, s/d)

Em relação aos programas elaborados, a entidade, nas prefeituras e estados onde atua, desenvolve o Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável (JDS). O JDS, nas palavras da Comunitas, é um “laboratório de boas práticas” e uma “grande aliança de líderes empresariais” que investe recursos financeiros em projetos, além de “toda experiência e competências técnicas, assumindo o compromisso e a responsabilidade do setor privado como colaborador do desenvolvimento social e econômico do Brasil” (COMUNITAS, s/d).

O principal foco do programa é o equilíbrio fiscal, com atuação direta nas finanças do Executivo, mas também se estende para o desenvolvimento de projetos e/ou políticas públicas que variam conforme as necessidades da municipalidade e do estado. Para a consolidação dos planos traçados pela Comunitas, se somam às estratégias programáticas outras entidades subcontratadas (Organizações Sociais, Associações privadas, Sociedades Anônimas, Fundações), como a Falconi, o Instituto Tellus, entre outras. Forma-se assim, uma rede de empresários que atuam na gestão municipal e estadual, sendo financiadores e também executores de políticas públicas, ao mesmo tempo que recebem, em contrapartida, servidores do funcionalismo público para atuação nas estratégias, bem como os subsídios relacionados aos custos das viagens.

A Comunitas possui parcerias firmadas com 11 municípios¹⁴ e cinco estados brasileiros. Essa entidade, financiada por representantes da elite econômica brasileira, em sua origem, teve íntima

¹² Sobre o Encontro de Líderes, ver mais em <<http://www.comunitas.org/portal/encontro-de-lideres/>>. Pela ausência de informações das edições anteriores a 2015, não foi possível mapear se Eduardo Leite participou das edições de 2014 e 2013.

¹³ Disponível em <<http://www.comunitas.org/portal/encontro-de-lideres/>> Acesso: 27 de abril de 2019.

¹⁴ Municípios: São Paulo (SP), Salvador (BA), Campinas (SP), Petrolina (PE), Caruaru (PE), Curitiba (PR), Juiz de Fora (MG), Paraty (RJ), Pelotas (RS), Santos (SP), Teresina (PI), Niterói (RJ) e São Miguel (RN). Governos Estaduais: Pará, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás. Eram 13 municípios até

ligação com a formulação da legislação das OSCIPs. Além disso, entendo que ela é uma referência para o fenômeno da filantropia estratégica, uma vez que articula uma ampla rede de mobilização em torno da prática de investimentos sociais corporativos, que envolve: pesquisas anuais sobre os investimentos sociais corporativos; elaboração de manuais e referenciais teórico-empíricos para a atuação empresarial nesse setor e o financiamento de cursos para empresários e líderes políticos. Nas instâncias políticas com as quais firma parcerias, ela afirma aplicar o conhecimento e os recursos dos empresários, além de aplicar as pesquisas feitas pela própria entidade na gestão financeira e no desenvolvimento de projetos em áreas como educação, saúde e segurança.

Em relação às metas da OSCIP, pode-se dizer que são ambiciosas. Segundo a apresentação no sítio eletrônico da entidade, ela é formada por um grupo de empresários que creem que podem colaborar para “a superação dos problemas de ordem econômica e social do Brasil [...] aportando conhecimento especializado e ferramentas de gestão que podem garantir maior eficiência ao setor público e, assim, colaborar decisivamente com o desenvolvimento social do País” (COMUNITAS, s/d). De fato, nesse ano de 2019 já é possível demonstrar que a Comunitas alcança um patamar elevado de poder de negociações. A entidade, além das reuniões locais nos municípios e estados onde atua, tem realizado encontros diretamente com o Executivo federal com o objetivo de incentivar a reforma da previdência¹⁵ proposta pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Como forma de cooperação entre o empresariado e os governantes, há patrocínio da Comunitas a políticos para realização de cursos no exterior, especialmente nos Estados Unidos, onde a prática de filantropia empresarial é mais consolidada e serve como referência para empresários brasileiros¹⁶. Outro ponto de cooperação, não exclusivo à prática de filantropia mas importante

2018. Após a prisão do prefeito de Niterói em ação da Lava Jato (revogada em decisão de março), a cidade não consta mais como parceira no programa Juntos. Das 12 cidades, nota-se que oito possuem prefeitura comandada pelo PSDB. Em Paraty, o prefeito Carlos Miranda (MDB) teve o mandato cassado em abril de 2019 por abuso de poder. Novas eleições ocorrerão em breve. Em relação aos estados, o Pará tem como governador Helder Barbalho (MDB), Goiás é governado por Ronaldo Caiado (DEM), Minas Gerais por Romeu Zema (NOVO), Rio Grande do Sul e São Paulo pelos governadores Eduardo Leite (PSDB) e João Doria (PSDB).

¹⁵ A Reforma da Previdência, enviada pelo governo federal através da Proposta de Emenda à Constituição 6/2019, é um projeto de supressão de direitos assistenciais e previdenciários da população. Além disso, coloca como norte a proposta de capitalização da previdência.

¹⁶ Para Silva (2017, p. 52), “Tanto em reportagens quanto em conversas com interlocutores, os EUA figuram continuamente como referência prioritária na área. Isso faz com que organizações se aliem, profissionais troquem expertise e *know how* e, ainda, redes transnacionais sejam tecidas para desenvolver, fortalecer e

para a análise das possíveis trocas entre o empresariado e governantes no seio deste fenômeno, pode ser observado no financiamento de campanhas eleitorais de políticos próximos à Comunitas. No caso de Eduardo Leite, uma das empresas que investe na Comunitas como financiadora, o Itaú Unibanco, consta como doadora da campanha do candidato à prefeitura de 2012. Já na campanha para o governo do RS, a família Jereissati, dona da holding Iguatemi, doou cerca de R\$200 mil¹⁷ à campanha. Elie Horn, da Cyrella, doou R\$70 mil. Ambas as empresas constam como integrantes de projetos da Comunitas.

A atuação da Comunitas articula-se também entre redes internacionais. Os cursos na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos (EUA), são uma forma de articulação entre as práticas desenvolvidas no Brasil e naquele país. Em 2018, por exemplo, a Comunitas desenvolveu o curso “Acelerando o crescimento nas cidades brasileiras”, em parceria com o Columbia Global Centers e a School of International Public Affairs, da Universidade de Columbia.

O alinhamento e o desenvolvimento da rede internacional em torno da prática também se observa no vocabulário e nas justificativas de ação da entidade. Um dos termos de relevância no repertório da OSCIP é o conceito de “sustentabilidade”, o qual ganha força nas estratégias de filantropia após o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2000, e, posteriormente, com surgimento dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), também da ONU, em 2014. A adesão do empresariado brasileiro em torno dos ODS é um gancho para pensarmos também o conceito de governança filantrópica que, de forma simplificada, diz respeito à “capacidade governativa da filantropia” (SANTOS, 2017, p. 22). Importante salientar que a Comunitas, assim como diversas entidades e fundações de difusão da prática de filantropia estratégica ao redor do mundo, possui uma forte mobilização em torno destes objetivos, justificando sempre suas ações com a evocação das metas expressas nos ODS. A governança filantrópica, nesse sentido, pode ser observada enquanto um fenômeno global e com práticas e concepções em sintonia, que geralmente evocam premissas neoliberais, como a minimização do Estado, para justificar suas ações. Em um contexto que vem recorrentemente apontando o ajuste

mesmo legitimar práticas de filantropia e gestão”. É o que pode ser observado nas referências da Comunitas, que busca formar políticos e empresários nos EUA e, também, comparar os investimentos sociais privados do Brasil com referência naquele país, como se pode observar em notícias no portal da entidade e na metodologia da pesquisa BISC, que compara os “padrões de benchmarking quantitativo das empresas parceiras comparados com os padrões de empresas dos EUA” (BISC, 2018, p. 8).

¹⁷ Destes, R\$100 mil foram doados por Carlos Jereissati, o “padrinho” da cidade de Pelotas nos primeiros projetos da Comunitas. Foi a maior doação de pessoa física da campanha. Os outros R\$100 mil por Renata Jereissati e Pedro Jereissati, da mesma família.

fiscal como solução para crises, como afirma Patricia Kunrath Silva, em sua tese de doutorado, “o Terceiro Setor parece surgir como arena ideal a tentar descolar-se do Estado e onde deverão passar a serem exercidas funções que antes nele e em seus agentes concentravam-se, tais como a prestação de serviços e a elaboração de políticas públicas (SILVA, 2017, p. 68-69)”.

Assim, como afirma Olmedo (2013, p. 482-483),

[...] novos filantropos e suas fundações têm tornado atores políticos fundamentais não somente em atividades de provisão, mas também na concepção, promoção, e negociação de processos de políticas em todas as áreas e domínios da atividade humana, incluindo a reorganização e promulgação dos serviços públicos, ação cívica, e desenvolvimento comunitário.

A Comunitas: lideranças

A Comunitas possui uma equipe de 20 pessoas que conduzem a entidade, conforme apresentação no sítio eletrônico da OSCIP¹⁸. Há profissionais envolvidos no gerenciamento dos projetos e das pesquisas da Organização, consultoria jurídica, articulação de redes, análise e assessoria de comunicação e relações públicas, análise e gerenciamento de conhecimento e de finanças. Na representação formal da Comunitas, conforme as informações da consulta ao CNPJ, destacam-se Eduardo Gouvêa Vieira (presidente) Regina Vasconcelos Esteves (administradora) e Maria Cintra Gordinho (diretora). Apresento abaixo um pequeno perfil de cada um.

O engenheiro e empresário Eduardo Gouvêa Vieira, além de presidente da Comunitas, tem uma longa trajetória de direção em entidades de representação do empresariado e de setores da indústria petroquímica, o qual sua família tem ligação. Ele é presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Fierj), desde 1995, e do Serviço Social da Indústria (Sesi) desde fevereiro de 2019, após indicação do Ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes. Foi nomeado para o Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante o segundo mandato de FHC, em 1998. Em 1999, entrou como membro do Comunidade Solidária. No mesmo ano, na recém criada Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), tornou-se presidente do conselho deliberativo. Já presidiu também o conselho regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Conselho Deliberativo do Serviço de Apoio à Micro

¹⁸ Disponível em: <<http://www.comunitas.org/portal/equipe/>>. Acesso: 25 de abril de 2019.

e Pequena Empresa (Sebrae), a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM)¹⁹. Defensor das privatizações, participou “ativamente no processo de privatização das empresas petroquímicas brasileiras, localizadas no Rio Grande do Sul e São Paulo, bem como, através da Gouvêa Vieira Invest Ltda, das empresas de química inorgânica e princípios ativos, em Camaçari, Bahia” (SESI, s/d)²⁰. Apesar de Vieira constar como presidente no CNPJ, no site da Comunitas, seção “Equipe”, não há menção a seu nome, e quem aparece como “diretora-presidente” é Regina Vasconcelos Esteves.

Regina Esteves, após concluir mestrado em Administração Universitária em Chicago, foi convidada a participar do governo FHC, no primeiro ano do mandato²¹. Participou da primeira reunião do Comunidade Solidária, e foi convidada por Ruth Cardoso para encabeçar o programa Alfabetização Solidária (Alfasol)²². O AlfaSol²³ ainda existe e tem o banqueiro Manoel Cintra Neto como presidente, além de Regina Esteves como “administradora” no CNPJ. Esteves também preside, desde 2009, o Centro Ruth Cardoso, o qual se define como um *think and do tank*²⁴.

Margarida Maria Cintra Gordinho é escritora e cientista social. Sua origem familiar está ligada a empresários que, desde o fim do século XIX, possuem grande influência em São Paulo, especialmente na cidade de Jundiaí. A família fundou a Empresa Elétrica Bragantina, que existe desde 1903 e a Gordinho Braune Indústrias de Papel, em 1915 e, em 1955, criou a Fundação

¹⁹ Essas e outras informações sobre a trajetória de Eduardo Vieira estão disponíveis em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vieira-eduardo-eugenio-gouveia>>. Acesso: 25 de abril de 2019.

²⁰ Disponível em <<http://conselhonacionaldosesi.org.br/conheca/presidente/>>. Acesso: 25 de abril de 2019.

²¹ Dados disponíveis em <<http://www.responsabilidadesocial.com/perfil/regina-esteves/>> e <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/regina-esteves-centro-ruth-cardoso/>> Acesso: 25 de abril de 2019.

²² Segundo o site da AlfaSol, ela é uma OSCIP “que desenvolve ações que visam contribuir com a elevação da escolaridade e ampliar a oferta de Educação Profissional para jovens e adultos. A AlfaSol foi criada em 1996, por Ruth Cardoso, e faz parte da RedeSol, para designar a união das cinco instituições fundadas por valores e propósitos comuns”. A RedeSol, por sua vez, engloba a CapaSol, ArteSol, Comunitas, AlfaSol e UniSol. Disponível em <http://www.alfasol.org.br/alfasol/historia-da-alfasol/>. Acesso: 26 de abril de 2019.

²³ Destaca-se que ele é um programa de alfabetização que envolve o modelo de desenvolvimento de políticas pública para o combate ao analfabetismo desenvolvido no governo FHC. Esse modelo, seguindo os parâmetros da reforma gerencial, envolve tanto recursos públicos como de empresas para o desenvolvimento das metas e busca engajar parceiros na sociedade civil.

²⁴ Na tradução literal, significa centros de “pensamento e ação”. Os *think tanks*, segundo o Think Tanks and Civil Societies Program (TTCSP), da University of Pennsylvania, são entidades de pesquisa para políticas públicas e engajamento, envolvendo análise e aconselhamento sobre questões domésticas e internacionais. O TTCSP faz um ranking anual dos *think tanks*, que pode ser acessado em <https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1017&context=think_tanks>. Acesso: 6 de maio de 2019. O relatório não menciona os *thinks-and-do tanks*, porém, de acordo com Juliana Hauck (2015, p. 50), em sua dissertação em Ciência Política na UFMG, eles estariam também focados serem executores de políticas.

Antonio Antonieta, dedicada à filantropia. Margarida foi aluna de Ruth Cardoso, trabalhou com ela no Programa Comunidade Solidária e escreveu sua biografia, lançada em 2009, chamada *O livro de Ruth*. Apesar de constar no CNPJ, não há menção ao seu nome em qualquer seção do portal da Comunitas.

Com essa pequena descrição dos perfis, nota-se que os nomes que encabeçam a Comunitas possuem todos envolvimento com Ruth Cardoso e com o Comunidade Solidária. Pode ser esse um dos motivos que a maior parte das parcerias são realizadas em governos do PSDB. Outro ponto importante é que, com exceção de Regina, de quem não encontrei informações sobre a família, as outras duas representações possuem uma ligação com o alto empresariado, sendo que as famílias vêm de uma longa tradição empresarial. No caso de Vieira, há também uma extensa dedicação à representação dos interesses empresariais, conforme sua atuação em entidades ligadas a esses objetivos, como CNI, Sesi, Senai e Firjan. Nesse sentido, parece evidente que a Comunitas reflita uma posição alinhada à direita e concepções privatistas. Da mesma forma, percebe-se que, além da ligação com uma elite empresarial, há também um acúmulo no que se refere a parcerias políticas, já que todos atuaram/atuam em espaços que de diálogo e contato direto com representantes formais da política. Assim, a entidade tem maior legitimidade e permeabilidade nestes espaços, o que permite que, por exemplo, hoje a Comunitas consiga realizar diálogos em todas as esferas do Executivo.

Em relação aos empresários que constam como apoiadores e financiadores dos projetos da Comunitas, encontram-se: Elie Horn (Cyrella), José Roberto Marinho (Grupo Globo), José Eduardo Queiroz (Mattos Filho), Jorge Gerdau (Grupo Gerdau), José Ermínio Moraes Neto (Votorantin), Rubens Ometto (Cosan), Solange Ribeiro (Neoenergia) Ricardo Villela Marino (Itaú) e Carlos Jereissati Filho (Rede Iguatemi), este último o “padrinho”²⁵ da cidade de Pelotas durante a gestão de Eduardo Leite. Percebe-se que são grande empresas, incluindo algumas das que figuram sempre no ranking das mais lucrativas do país, que estão ligadas à Comunitas. Dessa forma que, ao analisar as notícias e os projetos da entidade, observa-se que o sucesso empresarial de seus membros é uma das justificativas da legitimidade de sua atuação.

Comunitas e as parcerias com a gestão Eduardo Leite

²⁵ Cada cidade em que a Comunitas atua recebe um “padrinho”, que é o empresário responsável por acompanhar localmente o trabalho desenvolvido na parceria

Em Pelotas, as parcerias com a Comunitas estabeleceram-se desde 2013, primeiro ano de gestão de Eduardo Leite. Com o Termo de Parceria firmado em outubro daquele ano, instituiu-se o programa JDS, com foco no equilíbrio fiscal. A abertura das contas do município para a Comunitas, bem como o fornecimento de dados sigilosos e de servidores para a atuação da OSCIP na cidade foram algumas das condições firmadas no Termo. Nesse primeiro contrato, também foi firmada a contratação da Falconi Consultores de Resultado²⁶, pela Comunitas, para auxiliar no JDS. Como resultado, completando um ano de gestão Leite apresentou o Plano de Estratégia e Gestão 2014-2017, elaborado pela Comunitas e pela Falconi. O documento teve custo de R\$1,5 milhão, pago por um grupo de empresários. Devido à legislação do Termo de Parceria dispensar prestação de contas, não é possível saber quem são esses empresários, já que o orçamento não foi despendido pela Prefeitura. Mas se infere que são aqueles ligados ao JDS, além do empresariado local que se envolve nos projetos²⁷. Na ocasião do lançamento desse Plano, conforme notícia veiculada pelo site da Prefeitura de Pelotas, o então prefeito afirmou que o documento nortearia todas as ações do governo, traçando metas e prazos para cada secretaria. Em relação à parceria com a Comunitas e a Falconi, destacou que:

A prefeitura não gastará nada para ter essa que não é uma consultoria de governo, mas uma consultoria de resultados. Ela nos ajudará a traçar todas as metas e fazer o planejamento de nossas prioridades e também a cobrar os resultados de cada secretaria. Mas justamente por termos um grupo de líderes empresariais que estão apostando na cidade de Pelotas, confiantes de que poderemos dar um exemplo para outros governos, é que o nosso compromisso é ainda maior²⁸.

Pode-se observar, na fala de Leite, o poder conferido ao empresariado. Ao afirmar que o compromisso da gestão é maior pelo fato dos líderes empresariais investirem na cidade, o ex-prefeito evidencia que, num órgão que é pensado primordialmente para administrar os interesses públicos, há também uma prevalência dos interesses privados.

²⁶ Especializada em consultoria empresarial, a Falconi possui 30 diretores e capital social de R\$74,5 milhões. O sócio-fundador é Vicente Falconi, cuja trajetória envolve a consultoria para grandes empresas brasileiras, como Gerdau, Sadia e Ambev. Até 2017, o presidente da Falconi era Mateus Bandeira que, na solenidade de lançamento da parceria da Comunitas com a Prefeitura de Pelotas, esteve na cidade representando a Falconi. Bandeira também foi candidato a governador do RS em 2018, pelo Novo.

²⁷ Através de notícia veiculada pela imprensa local (cuja fonte foi a assessoria de imprensa da Prefeitura), as empresas locais envolvidas no primeiro Termo de Parceria são: Usimec, Savar, Freedom, Roberto Ferreira (Construtora), Marvel, V3 Empar (Construtora), Biscoitos Zezé, Fuhro Souto, Theo Bonow (Construtora), Daisul Renault, Gerdau, Revista Engenharia Ambiental, TransRio Sul, Cosulatti/Danby. Informações disponíveis em <<http://www.radiopelotense.com.br/Pagina/4133/Gestao-publica-prefeitura-e-Comunitas-firmam-parceria>>. Acesso: 2 de maio de 2019.

²⁸ Disponível em <<http://www.pelotas.com.br/noticia/prefeito-apresenta-plano-de-estrategia-e-gestao-2014-2017>>. Acesso: 1º de maio de 2019.

Também em 2014, houve outra ação da Comunitas na cidade, dessa vez na área da saúde. A OSCIP desenvolveu o programa Rede Bem Cuidar. Uma das primeiras ações noticiadas foi a reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS) Bom Jesus. O custo da obra, de R\$600 mil, foi bancado em grande parte pelos empresários parceiros da Comunitas. Além da reforma, houve uma reestruturação na forma de atendimento. Nas palavras da Comunitas, a Rede Bem Cuidar, com a colaboração técnica da Agência Tellus (contratada pela Comunitas para o desenvolvimento desse programa), é um trabalho “voltado à inovação e à melhoria da qualidade dos serviços públicos”²⁹. A Agência Tellus, em seu site, ressaltou que as melhorias “incluem um parquinho para crianças, academia de ginástica para adultos, cozinha experimental, horta comunitária, agentes de saúde da família treinados e equipados com tablets e totens de auto-atendimento com informações sobre os serviços da rede de saúde”³⁰. Após a UBS Bom Jesus, outras UBS passaram a integrar a Rede Bem Cuidar: Simões Lopes, Cohab Guabiroba, Sanga Funda, Vila Nova e Virgílio Costa. Nas reformas destas, a origem dos recursos foi do estado do RS e da prefeitura.

Sobre a questão da doação para a reforma da UBS Bom Jesus, que foi o projeto piloto da Rede Bem Cuidar, destaco para a análise do que essa ação pode implicar os autores Linsey McGoey, Thiel e West (2018). Os pesquisadores, focados na filantropia como forma de acobertar os crimes dos grandes capitalistas, preocupam-se em ressaltar que os filantropos da elite econômica criam uma retórica em que os “custos sociais da extrema acumulação de capital são ofuscados pela santificação do dom filantrópico” (MCGOEY, THIEL e WEST, 2018, p. 25-26). Utilizando a metáfora weberiana da “autoridade carismática”, para referir-se ao carisma gerado pelas doações, e o conceito de “ignorância estratégica”, termo que se refere “ao esforço para mobilizar e explorar as áreas de incerteza de uma ação setor governamental ou privado, a fim de aumentar sua influência política” (MCGOEY, THIEL e WEST, 2018, p. 20), eles analisam como esses novos atores filantrópicos conseguem apresentar e legitimar o mercado como solução para os problemas humanos. Problemas estes causados em grande parte pela acumulação de capital nas mãos dessa elite que se apresenta como solucionadora da mazelas sociais. “O filantropo moderno não é um vampiro nem um economista zumbi, mas sim uma figura benevolente com um sorriso amável cujo apelo reside no poder de uma ‘ideologia de harmonia’ que pretende conciliar o ato de dar e o ato de tomar” (MCGOEY, THIEL e WEST, 2018, p. 30), afirmam, pontuando

²⁹ Ver mais sobre o programa em <<https://wiki.redejuntos.org.br/busca/rede-bem-cuidar-pelotas-o-uso-de-design-thinking-para-otimizar-rede-de-saude-do-municipio-de>> Acesso: 2 de maio de 2019.

³⁰ Informações disponíveis em: <<https://www.tellus.org.br/agencia/caso-rede-bem-cuidar/>>. Acesso: 2 de maio de 2019.

também que a filantropia confere uma aura de harmonia, irreal, entre o capitalismo e os interesses gerais.

Aponamentos finais

Para finalizar, gostaria de salientar que os projetos da Comunitas e do Executivo de Pelotas expandiram-se para outras áreas nos anos subsequentes. Após o mandato de Eduardo Leite acabar, a sua vice-prefeita, Paula Mascarenhas (PSDB) venceu as eleições para a prefeitura, perpetuando as alianças com a OSCIP. No seu mandato, que ainda está em curso, Mascarenhas apresentou um dos projetos que mais gerou polêmica na cidade, o Pacto pela Paz. Este programa, que tem foco na diminuição da violência, possui eixos de prevenção e repressão, promovendo uma “cultura da paz” (PELOTAS, s/d). Logo após sua apresentação em Pelotas, a prefeitura apresentou um Projeto de Lei à Câmara de Vereadores intitulada “Código de Convivência”³¹, redigida com apoio da Comunitas. Os mais de 70 artigos do PL impõem uma série de regramentos e sanções para a conduta dos pelotenses no espaço público. Uma audiência pública, após a reação negativa da população, foi chamada para debater o Projeto. Na ocasião, foi Alberto Kopptike, consultor contratado pela Comunitas para a construção do Pacto, quem apresentou o PL. Não houve membros do Executivo na reunião, o que demonstra que, para a gestão, a Comunitas tem o poder de representá-la. Assim, nota-se que a OSCIP é parte da política desenvolvida na cidade, sendo possível inferir que através da aliança o empresariado pode constituir-se como ator político que incide sobre os rumos das decisões do Executivo.

A atuação da Comunitas em Pelotas, além disso, parece ser um caso de sucesso para a entidade, que contribuiu possivelmente para a renovação do PSDB. A parceria não foi somente na cidade, mas foi também um investimento em Eduardo Leite, que foi patrocinado para cursos na Universidade de Columbia, mesmo quando não possuía nenhum cargo eletivo. Leite, ao ser eleito para governador do RS, levou a parceria para nível estadual e, hoje, a assessoria de imprensa do Piratini veicula constantemente as estratégias do governo, junto ao empresariado, para determinadas políticas públicas. É o caso da educação, por exemplo, que vem sendo pensada junto a empresários da Fundação Lemann, do Itaú e do Instituto Natura³².

³¹ O projeto pode ser acessado em: <http://sapl2.camarapel.rs.gov.br/sapl_documentos/materia/25094_texto_integral>. Acesso: 5 de maio de 2019.

³² Mais informações em: <<https://estado.rs.gov.br/governador-busca-apoio-de-organizacoes-do-terceiro-setor-para-politicas-publicas-na-educacao?fbclid=IwAR3QonwLaB-1KG0BrCXF-D5bk6CJ18-6SO0PJc77biUxdZvZBS92odkjqNM>>. Acesso: 5 de maio de 2019.

A abrangência da atuação da Comunitas vem crescendo, e as ações desenvolvidas em Pelotas são replicadas nas outras cidades onde a OSCIP atua (e vice-versa). Nota-se assim, como afirmam Ball e Olmedo, que a ação filantrópica tem capacidade “de modificar significados, mobilizar ativos, gerar novas tecnologias de políticas e fazer pressão ou até mesmo decidir sobre a direção da política em contextos específicos” (BALL e OLMEDO, 2013, p. 40). É possível também pensar, conforme colocam Depecker, Deplaudé e Larchet (2018, p. 12), que o ato de “doar” implica que seus autores convertam uma fração do seu capital econômico em outras formas de capital, como o político, para fortalecer sua posição e assegurar a reprodução do capital global. Esses autores, com o aporte de Bourdieu, observam que as doações das elites podem ser percebidas na sua potencialidade de conversão - de investimento econômico em direção ao aumento de prestígio simbólico e em campos como o da política. Esse ponto também é discorrido pelo cientista político Rob Reich, que assinala o fato dos economistas Amihai Glazer e Kai Konrath terem demonstrado que as doações, especialmente aquelas para hospitais, universidades e organizações culturais, são motivadas especialmente pela “sinalização de status”, ou seja, para manutenção ou ascensão em uma hierarquia social (REICH, 2018, p. 116).

Assim, busco trazer um olhar mais crítico para essas formas de filantropia empresarial contemporâneas. Uma das hipóteses para esse fenômeno é que é muito mais fácil, e encurtado o caminho, para as elites econômicas, investir em projetos e políticas públicas através das parcerias via OSCIPS. Investir em uma carreira política e em postos formais da política institucional consome maior tempo. Por mais que o alto empresariado tenha recursos financeiros políticos para tal fim, as negociações habituais do jogo político demandam um poder de articulação demorado e, em muitos sentidos, desgastante, se pensarmos que estão à prova da opinião pública de maneira mais contundente, pois são mais visíveis. Por outro lado, investir recursos em OSCIPs construídas para difundir suas visões político-ideológicas é um caminho sobremaneira encurtado. Além disso, não está submetido aos ritos da transparências que um projeto apresentado numa Casa Legislativa ou um gestor público, por exemplo, está³³. Dessa forma, amparada na legislação e nas concepções que retiram do Estado o papel exclusivo de gerir e desenvolver políticas para a sociedade, as elites econômicas vem encontrando nos Termos de Parceria e afins os meios para fazer um governo dentro dos governos.

³³ Para o cientista político Rob Reich, a falta de transparência é uma questão fundamental a ser ponderada na prática de filantropia. Segundo o autor, a falta de transparência e a perpetuação de poder implicadas na prática de filantropia empresarial não é compatível com sociedades democráticas que reverenciam a igualdade política (REICH, 2018, p. 7-8)

Referências Bibliográficas

BRESSER, Luiz Carlos. **A reforma gerencial do Estado de 1995**. RAP Rio de Janeiro 34(4):7-26, Jul./Ago. 2000. Disponível em

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6289/4880>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

CALLAHAN, David. **The givers: Wealth, Power and Philanthropy in a New Gilded Age**. Alfred a. Knopf, New York, 2017.

DEPECKER, T.; DEPLAUDE, M. e LARCHET, N. **La philanthropie comme investissement. Contribution à l'étude des stratégies de reproduction et de légitimation des élites économiques**. Politix, 2018.

LEITE, Marco Antônio. **O terceiro setor e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs**. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/sobre_escola/banco_conhecimento/arguivos/pdf/terceiro_setor.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

MARTINS, André Silva. **A Direita para o social: A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Editora UFJF, 2009.

MCGOEY, L.; THIEL, D e WEST, R. **Le philanthrocapitalisme et les crimes des dominants**. Politix, 2018.

PERES, Thais Helena. **Comunidade Solidária: A proposta de um outro modelo para as políticas sociais**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/37>>. Acesso: 26 de abril de 2019.

REICH, Rob. **Just giving: Why Philanthropy Is Failing Democracy and How It Can Do Better**. Princeton University Press, 2018.